

ESTUDO EXPLORATÓRIO SOBRE AS FARMÁCIAS SOLIDÁRIAS

Bárbara Regina Pinto e Oliveira¹; Joana Dark Pimentel²; Ludmila Nogueira Murta³; Michel Henrique dos Santos Moraes⁴; Sandra Maria de Jesus⁵

RESUMO

Trata-se de pesquisa exploratória, descritiva e qualitativa acerca das farmácias solidárias, entendidas como instituições sem fins lucrativos que tem como atividade principal o recebimento de doações de medicamentos por parte da população ou pessoas jurídicas, recebimento este seguido de repasse gratuito à comunidade mediante solicitação espontânea das pessoas interessadas. Teve como objetivo inicial analisar o contexto que envolve a criação e administração de uma farmácia solidária para avaliar as condições e percurso de implantação futura de uma iniciativa dessa natureza no município de Sabará-MG. Como produtos almejados, buscou-se mapear as farmácias solidárias existentes na região metropolitana de Belo Horizonte, bem como obter um compilado de requisitos para construir um guia de implantação de farmácias solidárias. Para tanto, foi desenvolvido um estudo bibliográfico acerca de normativas aplicáveis, além de um estudo multicase com entrevistas direcionadas a gestores de duas farmácias solidárias da região metropolitana de Belo Horizonte/MG: a Associação Remediar, sediada em Belo Horizonte/MG; e a associação Farmácia do Bem, localizada na cidade de Sete Lagoas/MG. As entrevistas foram desenvolvidas de forma semiestruturada abordando itens como: documentação e autorizações que as instituições têm para o seu funcionamento e o percurso e dificuldade para obtê-las de forma integral; equipe e estrutura necessárias para o desenvolvimento da atividade; e modos e desafios de gestão, com especial atenção à logística de recebimento e distribuição, e também à gestão de estoques. Para além das entrevistas, o Conselho Regional de Farmácia de Minas Gerais foi questionado diretamente sobre os requisitos necessários para registro de farmácias solidárias junto ao órgão, como estratégia para complementação da busca normativa. A revisão de literatura que sustenta a pesquisa é baseada nos seguintes tópicos: acesso à medicação pela população brasileira; cultura das farmácias caseiras; riscos do descarte incorreto de fármacos; potencial das farmácias solidárias em abarcar todos estes itens; e atividades de distribuição de medicamentos no país a partir das legislações em vigor no país. Como resultado, foram identificadas 26 iniciativas de farmácias solidárias na região metropolitana de Belo Horizonte. Também se constatou 11 diferentes desafios para a constituição e administração de uma farmácia solidária, sendo o principal deles a dificuldade que as instituições enfrentam para reunir toda a documentação necessária ao seu funcionamento regular, especialmente no que diz respeito à distribuição de amostras grátis de medicamentos. Outra dificuldade importante está na manutenção das fontes de financiamento das atividades, aliada também ao desafio da gestão de estoques de medicamentos diante dos custos de desenvolvimento de ferramentas eletrônicas completas e adequadas à realidade das farmácias solidárias. Todos os resultados juntos, ainda que construídos a partir de uma abordagem empírica naturalmente limitada aos agentes entrevistados, compõem um agrupamento que permite a construção de um compilado que tem o potencial de servir como guia de implantação para uma iniciativa de farmácia solidária em qualquer município, inclusive Sabará.

INTRODUÇÃO:

O desenvolvimento tecnológico e científico possibilitou consideráveis avanços na área da saúde, especialmente em relação a tratamentos inovadores a partir da descoberta de novos fármacos. Acompanhando esse movimento, foi igualmente crescente a fabricação, prescrição e comercialização de medicamentos, levando também à facilidade de aquisição de tais fármacos. Dessa forma, o cenário de uso progressivo e abusivo de medicamentos ganhou relevo, reforçado pela cultura da automedicação fortemente difundida no Brasil, gerando um duplo risco: o uso inadequado de medicamentos (possível especialmente nas

¹ Bárbara Regina Pinto e Oliveira, Pesquisadora do IFMG Campus Sabará, Sabará-MG; barbara.oliveira@ifmg.edu.br

² Joana Dark Pimentel, Pesquisadora do IFMG Campus Sabará, Sabará-MG; joana.dark@ifmg.edu.br

³ Ludmila Nogueira Murta, Pesquisadora-Orientadora do IFMG Campus Sabará, Sabará-MG; ludmila.murta@ifmg.edu.br

⁴ Michel Henrique dos Santos Moraes, Bolsista IFMG, estudante do curso técnico integrado em Administração, IFMG Campus Sabará, Sabará-MG; mmoraes022@gmail.com

⁵ Sandra Maria de Jesus, Bolsista IFMG, graduada em Tecnologia em Processos Gerenciais, IFMG Campus Sabará, Sabará-MG; sandramaria.jesus1981@gmail.com

circunstâncias de acúmulo de medicamentos em domicílio, que leva ao risco do uso inadequado seja pela perda de validade, seja pelo uso indiscriminado pela via da automedicação); e o descarte incorreto, com possibilidade de intoxicação ambiental e humana (SANTOS *et al*, 2016; ALENCAR *et al*, 2014). Dessa forma, “para além das dimensões técnica, simbólica, econômica e política que compreendem os medicamentos, eles também podem representar um problema ambiental em virtude dos contaminantes orgânicos oriundos destes resíduos” (ALENCAR *et al*, 2014).

Por outro lado, apesar da grande disponibilidade mercadológica de medicamentos, o efetivo acesso, especialmente o gratuito, não se encontra no mesmo patamar. Há 20 anos, a Organização Mundial de Saúde indicava que, no cenário mundial, uma em cada três pessoas não tinha acesso a medicamentos, sendo que em países de baixa e média renda a falta de acesso a medicamentos atingia o patamar assustador de 50% (OMS, 2001; GIORDANI *et al*, 2018). Um cenário mais recente no Brasil aponta o acesso total a medicamentos prescritos ao público adulto num patamar de 83%, mas com um detalhe importante: dos que tiveram efetivo acesso, 63,9% tiveram que gastar algum montante em dinheiro para acessar os medicamentos necessários, indicando baixa obtenção de medicamentos no Sistema Único de Saúde e alta proporção do acesso viabilizado por compra por parte das famílias (DRUMMOND *et al*, 2018).

Temos, então, um contexto de perdas e desperdícios de medicamentos, incluindo descarte inadequado e seus desdobramentos ambientais, coexistindo com uma paradoxal situação de acesso majoritariamente pago aos fármacos prescritos, colocando em risco o acesso a medicações às populações de baixa renda e com dificuldades de utilização do sistema público de saúde. Pensando em minimizar os problemas de descarte incorreto de medicações não utilizadas e fomentar o acesso universal e gratuito a medicamentos, o Conselho Federal de Farmácia criou o programa Farmácia Solidária, com o objetivo de recolher e distribuir gratuitamente e com orientação farmacêutica medicamentos à população em geral. Implantadas em vários municípios no país, as Farmácias Solidárias possuem seu funcionamento autorizado por legislação municipal, recebem doações de pessoas físicas e empresas, e podem funcionar tanto dentro de unidades de saúde municipais, quanto em universidades ou espaços próprios (BRANDÃO, 2010).

Como instituições individualmente consideradas, as Farmácias Solidárias não estão isentas de seguir as legislações dos diversos níveis, nem tampouco estão imunes às dificuldades e obrigações que surgem da rotina de administração – incluindo as especificidades legais impostas pelas normativas do ramo da Farmácia –, especialmente no que diz respeito à logística de recolhimento de produtos, armazenamento e gestão de estoque de medicamentos, controle e meios de divulgação de distribuição dos remédios e descarte correto das medicações que perderem a validade ou condições de uso.

A pesquisa teve como objetivo, então, levantar todo o contexto que envolve a criação e administração de uma farmácia solidária para avaliar as condições e percurso de implantação de uma iniciativa dessa natureza no município de Sabará-MG com o intuito de democratizar o acesso universal e gratuito a medicamentos como um direito humano e contribuir para a preservação ambiental a partir destinação correta de excedentes de remédios.

Pela complexidade de análise dos dados levantados e as limitações surgidas em virtude da pandemia, a avaliação das condições locais sabarenses não foi realizada, ficando como pendência para outro estudo no futuro. Nesse sentido, como desdobramento dessa pesquisa, pretende-se dar continuidade ao projeto por meio de uma nova etapa que abrangeria mais o contato com os gestores municipais para avaliação do contexto atual sob a perspectiva de uma atuação prática com referência nos dados levantados nesta pesquisa, bem como partindo de um novo estudo de campo com iniciativas de farmácia solidária implantadas no setor público.

Apesar das farmácias populares serem parte de um programa iniciado há mais de uma década, há poucos estudos desenvolvidos. Na busca por artigos científicos nos dois principais portais (SciELO e Capes) utilizando a expressão chave “farmácia solidária” e “farmácias solidárias”, não houve nenhum resultado que trouxesse estudos específicos. As produções científicas específicas só foram encontradas por meio de pesquisa na base secundária Google Scholar, que encontrou matérias de jornais eletrônicos, três trabalhos de conclusão de curso e cinco artigos de anais de eventos relacionados à extensão universitária. Mesmo nos documentos encontrados, as informações são tratadas de modo compartimentado, sem haver uma abordagem completa sobre os aspectos legais, estruturais, organizacionais, administrativos e logísticos que envolvem a implantação e funcionamento de uma farmácia solidária. A pesquisa, então, supre essa lacuna, tendo como

um dos seus resultados um compilado de informações que aborda toda a cadeia de requisitos pertinentes à iniciativa e que poderá ser transformada em publicação futura no formato de cartilha.

A pesquisa se mostra importante também para analisar o caminho que deverá ser percorrido para a implantação de uma farmácia solidária no município de Sabará. O produto da pesquisa permite identificar as possíveis dificuldades que podem ser encontradas na trajetória de implantação, permitindo que soluções já sejam pensadas de antemão. Tais soluções, inclusive, perpassam áreas de conhecimento pertencentes à atuação do IFMG no município e com os cursos que oferece, podendo gerar a construção e realização de projetos para construção de produtos e soluções nas áreas de gestão e negócios, informática e sociedade e, dependendo dos resultados, até mesmo da área de controle e processos industriais.

Ainda, atuando na vertente de facilitar a implantação de uma farmácia solidária no município, o projeto contribui para a melhoria da qualidade de vida da população do seu entorno, privilegiando não apenas o desenvolvimento de ações que potencializam o direito humano de acesso gratuito e universal a medicamentos, como também o trabalho de preservação ambiental com o estímulo ao descarte correto de medicamentos.

Nesse sentido, aponta-se como objetivo geral analisar o contexto que envolve a criação e administração de uma farmácia solidária para avaliar as condições e percurso de implantação futura de uma iniciativa dessa natureza no município de Sabará-MG. Para tanto, tivemos como objetivos específicos: identificar e analisar os requisitos legais para criação e funcionamento de uma farmácia solidária; identificar as farmácias solidárias existentes na região metropolitana de Belo Horizonte; identificar os principais problemas e desafios na administração de uma farmácia solidária; identificar o contexto atual de distribuição gratuita de medicamentos no município de Sabará-MG

METODOLOGIA:

Trata-se de pesquisa exploratória, descritiva e qualitativa, baseada primeiramente na pesquisa bibliográfica acerca das normativas que regem a criação e o funcionamento de farmácias solidárias no país e nos municípios. Após a revisão bibliográfica, foi realizada pesquisa ampla, em mecanismo de busca de internet, por farmácias solidárias existentes na região metropolitana de Belo Horizonte. Essa pesquisa foi feita através de busca por palavras e expressões chave, tais como: “farmácias solidárias em belo horizonte”; “farmácias solidárias BH”; “farmácias solidárias região metropolitana bh”; “medicamentos gratuitos belo horizonte”; “instituição doação remédios”; “ONG doação de remédios BH”; e variações. Das iniciativas mapeadas, foi feito um estudo multicase, com entrevistas direcionadas a gestores de 2 das 26 farmácias solidárias da região metropolitana de Belo Horizonte/MG, tendo sido pensada também uma entrevista junto à Secretaria de Saúde do município de Sabará/MG, todas conduzidas a partir de roteiro semiestruturado e construído a partir da pesquisa bibliográfica acerca das normativas. A escolha dos gestores entrevistados foi feita considerando o critério de proximidade, de resposta aos contatos (acessibilidade) e também de referências em matérias jornalísticas em páginas da internet. Chegou-se, então, às iniciativas da Associação Remediar (Belo Horizonte) e Farmácia do Bem (Sete Lagoas).

A entrevista com os gestores das duas farmácias solidárias escolhidas teve o formato semiestruturado, partindo de um roteiro base com perguntas centrais e permitindo a complementação de perguntas à medida que as respostas dadas demandaram aprofundamento. A criação do roteiro foi feita após a finalização da etapa de mapeamento do marco legal sobre as farmácias solidárias, uma vez que esse conteúdo foi indispensável para a construção das perguntas sobre o histórico da instituição na obtenção dos diferentes documentos e autorizações. Em linhas gerais, a entrevista buscou saber: a partir de qual investimento e estrutura a instituição foi criada; qual o tipo de formalização foi adotada (tipo de estruturação e organização jurídica); qual é e como foi formada a equipe que faz a gestão da instituição; quais documentos e autorizações foram necessários para o funcionamento da instituição, indicando quais foram as dificuldades enfrentadas para a obtenção de cada um deles; como a instituição se mantém financeiramente; como é feita a logística de recebimento e distribuição de medicamentos; se trabalham com o recebimento e distribuição de amostras grátis e, em caso positivo, como conseguiram fazer isso de forma a não desrespeitar as regras da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA sobre elas; como é feita a gestão do estoque de medicamentos; qual é e como foi construído o plano de gestão de resíduos / medicamentos vencidos ou inutilizados; quais são as estratégias de divulgação adotadas tanto para coletar quanto para distribuir medicamentos; se o

Conselho Federal de Farmácia ou o Conselho Regional de Farmácia foram acionados em algum momento; quais capacitações seriam bem vindas por parte da equipe; quais ferramentas de gestão (softwares ou aplicativos) poderiam facilitar os trabalhos da instituição; quais outras iniciativas de farmácias solidárias conhecem e têm como referência.

Os dados levantados nas entrevistas foram confrontados com as informações obtidas no mapeamento do marco legal das farmácias solidárias, com o intuito de agrupar as dificuldades, facilidades e soluções similares e distintas entre as iniciativas estudadas. Com isso, não apenas temos uma lista de procedimentos e documentos, mas também a sinalização de eventuais dificuldades e possíveis maneiras de saná-las. Apesar de ser fruto de uma abordagem eminentemente empírica não generalizável, constitui-se como uma gama de indicativos de cenários que podem se repetir em outras instituições – ou ao menos servir como instrumento de prévia sinalização de dificuldades possíveis para torná-las evitáveis.

Na condução das entrevistas, foram observados os aspectos éticos que garantiram: a resposta livre e espontânea; a possibilidade de recusar a fornecer resposta, bem como de desistir da participação da pesquisa a qualquer momento; a garantia do anonimato, caso fosse de interesse do entrevistado, adotando exclusivamente a referência à instituição no lugar de indicações nominais ao entrevistado; e o arquivamento por tempo determinado da gravação. Para isso, foi disponibilizado de maneira prévia o TCLE para avaliação do entrevistado, bem como entregue uma via assinada pela coordenação da pesquisa e coletada uma via assinada também pelo entrevistado. Todos os entrevistados abriram mão do anonimato.

Em virtude da pandemia e buscando garantir a segurança da equipe de pesquisa e dos entrevistados, toda a pesquisa foi idealizada para ser executada remotamente, por meio do uso de ferramentas de reunião *online* pelo Google Meet, de compartilhamento de arquivos pelo Google Drive e da comunicação prioritária por e-mail seguida do uso do aplicativo Whatsapp para o acerto de detalhes operacionais. Porém, com a melhora dos indicadores de Covid-19 na região metropolitana de BH e a flexibilização das medidas de distanciamento social, a segunda rodada de entrevista foi desenvolvida presencialmente, inclusive como forma de avaliar a estrutura da farmácia solidária pesquisada e entender melhor os desafios da gestão da iniciativa. O módulo presencial foi desenvolvido em apenas uma das farmácias (Associação Remediar) e somente por parte das docentes participantes do projeto, ficando os bolsistas responsáveis apenas por trabalhar remotamente os dados levantados.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

O levantamento das farmácias solidárias existentes na região metropolitana de Belo Horizonte acabou se tornando um grande desafio. Ao realizar a busca eletrônica, foram encontrados inúmeros registros que se confundiam: projetos de lei municipal para autorizar a criação de farmácias solidárias; matérias jornalísticas mais gerais sobre as farmácias; indicações de iniciativas de coleta e doação de medicamentos (mas sem haver uma clara organização como farmácia solidária); e iniciativas que não se intitulavam como farmácias solidárias, apesar de tratarem da distribuição gratuita de medicamentos. Foi realizada uma tentativa de levantamento junto ao CRF-MG das iniciativas registradas de farmácias solidárias, mas não houve resposta do órgão até o fechamento da pesquisa.

Para o levantamento online foram pesquisadas as seguintes expressões: “ong remédios mg”; “associação distribuição medicamentos mg”; “entidades remédios gratuitos mg”; “onde conseguir remédios gratuitos mg”; “farmácia solidária mg”; “farmácia solidária em minas gerais”; “farmácia solidária em cidade x” (esta última utilizando os nomes das cidades da região metropolitana de Belo Horizonte. Dessa maneira, obteve-se o número de 26 iniciativas na área delimitada.

Quanto à parte legal e documental, foi observado que ainda não existe uma base legal que trata especificamente das farmácias solidárias, sendo esta então tratada com os mesmos requisitos de uma farmácia convencional, aplicando-se as mesmas regras e requisitos quanto a constituição e manutenção.

Apesar das farmácias solidárias se organizarem como instituição sem fins lucrativos, é necessária a constituição regular de uma pessoa jurídica, sendo o formato de uma associação um dos caminhos possíveis e mais prováveis – mas há que se ressaltar que não é o único caminho, e que haverá peculiaridades a depender do formato escolhido. Tomando como base a constituição sob o formato de associação, o passo inicial é a criação de um estatuto social e a lavratura de uma ata de constituição (documento feito da reunião

entre as pessoas interessadas em criar a associação, contendo a deliberação pela criação). Na sequência e independentemente do formato, será necessário fazer o cadastro na Receita Federal (que é o mecanismo para obtenção do CNPJ), no Cartório de Registro Civil de Pessoa Jurídica, Secretaria da Fazenda, Caixa Econômica Federal (para o sistema “Conectividade Social – INSS/FGTS, no caso de necessidade de contratação de funcionário, como o farmacêutico), e Prefeitura do Município para obter o alvará de funcionamento. Esses são os órgãos-chave, e dentro de cada passo haverá preenchimento de formulários específicos, juntada de documentos e também pagamento de taxas em alguns casos. Até aqui, a criação de uma farmácia solidária segue o mesmo rito de criação de qualquer outra Organização Não Governamental, de qualquer ramo.

A etapa seguinte é específica. Constituída a pessoa jurídica sob a qual atuará a farmácia solidária, deverá ser realizado um credenciamento junto ao CRF, onde é necessário indicar quem é o farmacêutico responsável em relação à atividade a ser exercida. Esse credenciamento abrange apenas a parte documental técnica de abertura para certificação de regularidade, com o objetivo de manter o cadastro e os dados atualizados anualmente, ficando a cargo dos demais órgãos fiscalizadores a expedição de alvarás e certificados de funcionamento.

Na pesquisa, todo esse percurso documental acabou se apresentando como um gargalo por diferentes motivos: 1) desconhecimento inicial dos documentos necessários; 2) complexidade e quantidade de documentos distintos; 3) custos de obtenção, não apenas pelas taxas cobradas para a expedição, mas também pela necessidade de contratação de profissionais especializados (contador e advogado). Em virtude disso, um roteiro no estilo passo-a-passo com todas as etapas de criação e formalização de uma iniciativa de farmácia solidária contribuirá para simplificar e facilitar a constituição ou legalização de atividades já existentes de maneira informal, o que coloca o produto da pesquisa em uma condição ainda mais positiva.

Por fim, quanto aos principais desafios práticos / gargalos na constituição e administração de uma farmácia solidária, foi possível identificar nas entrevistas os seguintes nós: 1) ter um responsável técnico (farmacêutico responsável) de maneira financeiramente sustentável (como voluntário ou como colaborador remunerado) e regular ao longo do tempo; 2) saber quais são e obter todos os documentos e registros necessários para iniciar a atividade; 3) a viabilidade financeira, tanto no aporte inicial quanto para a manutenção (cobertura das despesas fixas); 4) o engajamento de colaboradores e voluntários (o número reduzido de pessoas envolvidas acaba gerando uma sobrecarga, e diante do pequeno ou inexistente retorno financeiro, as pessoas acabam limitando a sua participação na atividade ou até mesmo a abandonando); 5) os sistemas de avaliação e de gestão de estoques (a dificuldade de obtenção e manutenção de uma ferramenta automatizada dificulta o desenvolvimento das ações, pois há entraves para: acuracidade/control de estoque; minimização das perdas dos medicamentos com excedente de oferta; avaliação de estoque; criação de uma ponte entre potenciais beneficiários e estoques excedentes, como estratégia de otimização dos estoques de iniciativas diferentes a partir do compartilhamento de informações de oferta e demanda); 7) a logística de coleta das doações, com a otimização delas sendo dificultada por questões como a organização e custos de realização das rotas, mapeamento e suporte a parceiros para coleta temporária, e construção de estratégias de armazenamento temporário seguro e adequado até o momento da coleta; 8) manter parcerias duradouras; 9) enxergar a farmácia solidária como um negócio social, entendendo a inexistência de fins lucrativos como algo diferente e ainda assim compatível com a noção de negócio; 10) divulgar remédios disponíveis nas redes sociais, em função da limitação de veiculação de nomes de medicamentos nas principais redes; e 11) trabalhar com a distribuição de amostras grátis, em virtude da discussão quanto à legalidade dessa distribuição a partir da interpretação divergente das normativas da ANVISA. Todos os desafios possuem grande impacto, sendo os mais preponderantes aqueles encontrados na viabilidade financeira, no engajamento de colaboradores e voluntários, nos sistemas de avaliação e de gestão de estoques, e no trabalho com as amostras grátis.

Os resultados, especialmente aqueles relacionados aos desafios, não podem ser encarados como um retrato uniforme da realidade de todas as farmácias solidárias, uma vez que dizem especificamente das iniciativas pesquisadas. Porém, dão pistas de situações que podem integrar outras realidades, o que por si só já representa uma contribuição, ainda que para fins de reflexão em outros espaços.

CONCLUSÕES:

As farmácias solidárias são iniciativas de grande potencial de impacto social e ambiental, mas carecem de maior suporte para que eventuais interessados em criar e implantar instituições dessa natureza consigam atingir seus objetivos com menores dificuldades e melhores perspectivas de sustentabilidade.

A abrangência do estudo de caso desenvolvido não permite uma generalização dos resultados, mas traz elementos que apontam pontos de preocupação (gargalos) que podem ser encontrados na implantação e gestão de uma farmácia solidária. Dessa maneira, o ganho da pesquisa está em: 1) apresentar de maneira sistematizada os requisitos legais de constituição de uma farmácia solidária; 2) apontar possíveis gargalos da prática, com suas respectivas justificativas e, quando cabível, suas possíveis soluções.

Como perspectivas de continuidade de pesquisa, elencam-se as possibilidades de: a) desenvolver o estudo sobre o cenário em Sabará sobre a distribuição de medicamentos de forma gratuita, o interesse do poder público em adotar um sistema de farmácia solidária; b) desenvolver um estudo sobre as iniciativas de farmácias solidárias executadas dentro de órgãos públicos (como a Uberaba/MG e Farroupilha/SC, citadas em uma das entrevistas); c) desenvolvimento de ferramentas de controle/gestão voltadas para a realidade das farmácias solidárias; d) desenvolvimento de programas de capacitação para criação e gestão de farmácias solidárias (voltadas para a organização jurídica da atividade, para constituição e desenvolvimento das atividades, bem como para a gestão de empreendimentos sociais); e) organização do compilado dos achados da pesquisa em formato de cartilha.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ALENCAR, Tatiane de Oliveira Silva; MACHADO, Carla Silva Rocha; COSTA, Sônia Carine Cova; ALENCAR, Bruno Rodrigues. Descarte de medicamentos: uma análise prática no Programa Saúde da Família. In: **Temas Livres • Ciênc. saúde coletiva** 19 (7) Jul 2014. Disponível em: <<https://www.scielo.org/article/csc/2014.v19n7/2157-2166/#>>. Acesso: 04 fev. 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232014197.09142013>
- BRANDÃO, Aloísio. Um remédio chamado solidariedade. **Revista Pharmacia Brasileira**, Brasília, v. 22, pp. 21 – 26, 2010. Disponível em: <https://www.cff.org.br/sistemas/geral/revista/pdf/125/021a026_entrevista_dra_beatriz.pdf>. Acesso: 04 fev. 2021.
- DRUMMOND, Elislene Dias; SIMÕES, Taynãna César Simões; ANDRADE, Fabíola Bof de. Acesso da população brasileira adulta a medicamentos prescritos. In: **Revista Brasileira de Epidemiologia**, 2018; 21: e180007. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rbepid/v21/1980-5497-rbepid-21-e180007.pdf>>. Acesso: 05 fev. 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/1980-549720180007>
- GIORDANI, Morena Alana; BOCCA, Mariane Fernandes; CARNEIRO, Jeanderson da Silva. Perfil dos pacientes atendidos pela farmácia solidária Sinop- mt. In: **Anais do IX Seminário Regional de Extensão Universitária da Região Centro Oeste**. 2018. Disponível em: <<https://www.unirv.edu.br/conteudos/fckfiles/files/PERFIL%20DOS%20PACIENTES%20ATENDIDOS%20PELA%20FARM%C3%81CIA%20SOLID%C3%81RIA%20SINOP-%20MT.pdf>> . Acesso: 04 fev. 2021. ISBN: 978-85-99880-66-1.
- OMS, Organização Mundial da Saúde. **Relatório sobre a saúde no mundo 2001**. 2001. Disponível em: <<https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/0205.pdf>>. Acesso: 04 fev. 2021.
- SANTOS, Sandna Larissa Freitas dos; BARROS, Karla Bruna Nogueira Torres; PRADO, Regilane Matos da Silva; OLIVEIRA, Francisco Rodrigo de Azevedo Mendes de. Aspectos toxicológicos do descarte de Medicamentos: Uma questão de educação em saúde, 9(3). In: **Revinter**, v. 09, n. 03, p. 07-20, out. 2016. Disponível em: <<http://autores.revistarevinter.com.br/index.php?journal=toxicologia&page=article&op=view&path%5B%5D=226>>. Acesso: 04 fev. 2021. DOI: <https://doi.org/10.22280/revintervol9ed3.226>

Participação em Congressos, publicações e/ou pedidos de proteção intelectual:

A pesquisa foi apresentada na edição 2021 da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia do Instituto Federal de Minas Gerais, na categoria Pesquisa/Inovação: Ciências Sociais Aplicadas.